

ENTRE PARADIGMAS E PRÁTICAS: REFLEXÕES SOBRE O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NA CONTEMPORANEIDADE A PARTIR DE ENTREVISTA COM MARIA AUXILIADORA BEZERRA

Milene Bazarim

<https://orcid.org/0009-0006-2017-1722>

Universidade Federal de Campina Grande

milene.bazarim@professor.ufcg.edu.br

Luciene Maria Patriota

<https://orcid.org/0000-0001-6298-500X>

Universidade Federal de Campina Grande

luciene.maria@professor.ufcg.edu.br

Roberto Barbosa Costa Filho

<https://orcid.org/0000-0003-3339-0124>

Universidade de Pernambuco

roberto.barbosa@upe.br

A professora Maria Auxiliadora Bezerra é licenciada em Letras pela Universidade Regional do Nordeste (atual Universidade Estadual da Paraíba), tem mestrado, doutorado e pós-doutorado em Estudos Românicos, pela Université de Toulouse - le Mirail (França), com ênfase em Sociolinguística e Dialectologia Românicas. Ela atuou por muitos anos como professora do curso de Letras da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), onde contribuiu, de forma significativa, para a pesquisa e para a formação de professores de Língua Portuguesa. Ao longo de sua carreira, dedicou-se a temas como análise linguística, leitura, escrita, ensino de vocabulário, avaliação da aprendizagem e formação de professores, consolidando-se como uma referência na área. Entre suas publicações mais conhecidas, destaca-se o livro *Análise Linguística: afinal, a que se refere?*, escrito em coautoria com a professora Maria Augusta Reinaldo, obra que alcançou ampla circulação no Brasil e já se encontra em sua segunda edição.

Nesta entrevista, concedida para o dossiê “Paradigmas educacionais e ensino de Língua Portuguesa”, a professora reflete sobre os principais desafios e possibilidades que atravessam o ensino de Língua Portuguesa na contemporaneidade. As perguntas percorrem temas centrais como os impactos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), as transformações nas práticas de análise linguística, o papel das novas tecnologias digitais — especialmente das inteligências artificiais — e a importância do reconhecimento dos paradigmas subjacentes às ações dos docentes.

Entrevistadores: Sua trajetória acadêmica evidencia sua dedicação a pesquisas sobre ensino de Língua Portuguesa e formação de professores. Na sua avaliação, que questões relacionadas a essas temáticas ainda carecem de aprofundamento nas pesquisas contemporâneas?

Maria Auxiliadora Bezerra: Considerando a atualidade (primeira metade do século XXI, visto que já se está encerrando o 1º quartel deste século), em que a presença de múltiplas linguagens inunda todas as áreas de conhecimento e da vida de nossa sociedade, acredito que, em relação à formação de professores de Língua Portuguesa e ao ensino dessa

língua, são necessárias pesquisas sobre questões mais amplas e mais específicas. Cito duas questões mais amplas: (1) o currículo de Letras e (2) a receptividade dos alunos ao estudo de Língua Portuguesa. Em relação à primeira questão, no âmbito da formação, vejo como urgente investigar-se o currículo dos cursos de Letras, para se identificar sua adequação ou não às exigências atuais da Educação Básica e, em caso de inadequação, serem propostas alternativas que contribuam para aproximar-se o currículo dessas exigências. A título de exemplo, faço referência à Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018) – com suas competências, habilidades, áreas de conhecimentos – que estabelece, especificamente, em relação ao componente Língua Portuguesa (integrante da área de linguagens) o estudo em campos de atuação, eixos de ensino, integração entre os conteúdos, ensino interdisciplinar, estudos multissemióticos. Ou seja, o professor de Língua Portuguesa (LP) também precisa conhecer outras linguagens, para trabalhar com textos na Educação Básica (além da palavra, incluir também o estudo da forma, cor, movimento, imagem, melodia, etc.). Os currículos dos cursos de Letras contemplam esses conhecimentos e metodologias específicas? Em relação à segunda questão, também no âmbito da formação (inicial ou continuada), destaco como necessárias pesquisas que ouçam os alunos sobre “estudar português” – não simplesmente sobre leitura, produção de textos e estudos gramaticais – mas, principalmente, a necessidade do seu estudo em tempos de inteligência artificial generativa (ter a IA como aliada e não como inimiga ou substituta do professor), do estudo de textos longos frente à fugacidade, à efemeridade do mundo atual, com informações curtas e rápidas, complementadas com imagens (a modernidade líquida, conforme Bauman, 1999).

Quanto a questões mais específicas que podem ser ainda pesquisadas, acredito ser pertinente investigar-se sobre o desenvolvimento dos alunos relativo à análise linguística de textos que eles produzem, de forma que sejam capazes de verificarem se esses textos estão de acordo com a situação comunicativa onde eles circulam. Parece-me ser cada vez mais recorrente o fato de que estudantes concluem o Ensino Fundamental – e até o Médio – sem habilidades suficientes para a produção de textos orais ou escritos adequados a seus interlocutores, ao tema explorado, à formalidade da interlocução. Não estou me referindo aos textos coloquiais, informais, sobre temas cotidianos, pessoais, pois, como falantes nativos de português, todos os estudantes os dominam bem. Outra questão que também considero relevante, embora já bastante explorada, é a permanência na aula de LP do estudo da gramática normativa restrito à memorização e ao reconhecimento das classes gramaticais. Estudos teórico-metodológicos que proporcionem aos alunos estudar essa gramática observando sua terminologia, suas lacunas, sua contribuição para uma determinada abordagem da língua etc. poderiam colaborar com o seu aprendizado e, inclusive, com o desenvolvimento do pensamento científico dos alunos.

Sem querer esgotar o assunto, acredito que essas são questões ainda a serem exploradas.

Entrevistadores: Sabemos que as práticas docentes são influenciadas por crenças, valores e concepções de ensino. Em sua experiência, como os professores têm reconhecido os paradigmas educacionais como elementos norteadores de suas ações em sala de aula?

Maria Auxiliadora Bezerra: Em princípio, os professores reconhecem a presença de paradigmas educacionais orientadores do trabalho docente, inclusive

porque, nos cursos de formação inicial, os futuros professores têm acesso a estudos relativos a esses paradigmas reconhecidos, por um lado, como tradicional, conservador, reprodutivo e, por outro, inovador, reflexivo, emergente, paradigma da complexidade. Além da formação inicial, as ações, os cursos, os estudos considerados como de formação continuada também contribuem para o conhecimento, a análise e a prática desses paradigmas em sala de aula. O que vai definir se os professores seguem um paradigma ou outro ou um amálgama deles é a orientação da escola onde trabalham: se a escola explicitamente defende um modelo de ensino e aprendizagem, sua proposta de trabalho, seu material didático e a orientação dada aos professores convergem de tal forma que a perspectiva de ensino e de atividades didáticas são coerentes com esse paradigma adotado. Se a escola não estabelece um paradigma a ser seguido (o que em geral vemos em escolas públicas), encontramos professores que tendem a seguir o paradigma tradicional (por ser mais conhecido e, conseqüentemente, mais fácil para a elaboração das ações docentes), outros que tendem a seguir o paradigma emergente (que requer mais esforço dos docentes na preparação de suas atividades, visto ser um paradigma que contesta o tradicional) e ainda alguns professores que seguem parte de um paradigma e parte de outro, de acordo com o que esses professores consideram positivo em cada um desses modelos. Assim, podemos encontrar em relação ao ensino de LP, por exemplo, o professor que acredita ser eficaz o ensino reprodutivo dessa língua: o professor detém o saber e unilateralmente transmite para o aluno, que memoriza e reproduz quando for solicitado. Se a concepção do professor é a de que o aluno precisa ser protagonista de sua aprendizagem, ele vai proporcionar a esse aluno atividades de descoberta, de construção, com orientações precisas de tal forma que o discente constrói seu conhecimento, orientado pelo

professor. Se não há uma diretriz estabelecida na escola, torna-se mais comum a presença do paradigma conservador, pois, por ser mais conhecido e repetido, representa mais facilidade para sua implementação.

Entrevistadores: O ensino de Língua Portuguesa foi alvo de críticas contundentes na década de 1980, especialmente por seu alinhamento ao paradigma conservador. Passadas algumas décadas, você acredita que esse paradigma foi totalmente superado?

Maria Auxiliadora Bezerra: A tradição em uma sociedade é muito forte e marcante e, muitas vezes, à escola parece ter sido dada a missão de conservá-la, embora também dela se espere a inovação. Nessa disputa entre conservar e inovar, parece-me que a escola se abriu para as áreas de conhecimento que se desenvolvem mais rapidamente (por exemplo, as tecnologias) e busca a inovação. Já em relação ao ensino de LP, vejo a tradição ainda forte, orientando-o. O paradigma conservador ecoa quando vemos, em livros didáticos dessa língua, ênfase recorrente no estudo da classificação gramatical, das funções sintáticas, inclusive sem questionamento sobre a proposta da tradição greco-latina. E a BNCC, de certa forma, reforça esse paradigma, quando estabelece entre as habilidades do ensino fundamental – anos finais referentes à LP, toda a morfossintaxe prevista na gramática normativa. Por exemplo, cito algumas habilidades referentes ao 6º, 7º, 8º e 9º anos: (EF06LP07) Identificar, em textos, períodos compostos por orações separadas por vírgula sem a utilização de conectivos, nomeando-os como períodos compostos por coordenação; (EF07LP03) Formar, com base em palavras primitivas, palavras derivadas com os prefixos e sufixos mais produtivos no português; (EF08LP07) Diferenciar, em textos lidos ou de produção própria, complementos diretos e

indiretos de verbos transitivos, apropriando-se da regência de verbos de uso frequente; e (EF09LP05) Identificar, em textos lidos e em produções próprias, orações com a estrutura sujeito-verbo de ligação-predicativo. Essas quatro habilidades citadas pressupõem conhecimentos das classes de palavras, de períodos sintáticos simples e compostos, de formação de palavras por derivação, de transitividade e regência verbais e de funções sintáticas. É ao aluno compete identificar, formar e diferenciar, ou seja, ele deve dominar esse conhecimento metalinguístico para simples identificação e reprodução.

Não desconheço que o paradigma inovador, reflexivo está presente nas aulas de LP, sobretudo nos eixos da leitura, da produção de textos e da oralidade, com a diversidade de textos verbais e multissemióticos para estudo e produção, que exigem do professor conhecimentos específicos de semiótica, além de língua portuguesa. Entretanto o eixo da análise linguística ainda se restringe ao reconhecimento da classificação gramatical (e, às vezes, nem desse reconhecimento os alunos demonstram ter domínio). Um fator que, certamente, colaborará com a alteração do paradigma conservador na escola é a instituição do tempo integral nos estabelecimentos de ensino: os alunos terão mais oportunidades de desenvolverem projetos variados de estudo, visto que permanecerão entre 7 e 8 horas diárias na escola e, assim, poderão realizar estudos investigativos e criativos, não simplesmente reprodutivos.

Entrevistadores: Considerando o cenário educacional contemporâneo, o que, na sua perspectiva, definiria uma prática de ensino e aprendizagem de Língua Portuguesa inovadora?

Maria Auxiliadora Bezerra: Partindo da resposta anterior, considero como práticas de ensino inovadoras a realização de

projetos de pesquisa, de confecção de materiais, de visita in loco para conhecimento do objeto de estudo, elaboração de relatório, ou relato, ou resumo, para consequente divulgação, entre tantas outras práticas realizadas pelos alunos sob a orientação do professor. A título de exemplo, posso citar, em curso profissionalizante de nível médio a realização de um projeto que envolva convite da turma dirigido a um profissional que exerce atividades relativas ao curso que os estudantes estão realizando, para visitar a escola e expor-lhes práticas profissionais efetivas do dia a dia; entrevista com esse profissional realizada pelos alunos; transcrição da entrevista para divulgação nas redes sociais da escola; correção da transcrição conforme o registro formal escrito da LP; posterior estudo de pontos gramaticais presentes na transcrição da entrevista, de modo que haja práticas epilinguísticas e metalinguísticas ao lado da escuta, da leitura e da escrita de textos ligados às atividades em aprendizagem. Em turma de Ensino Fundamental, elaboração de material didático que colabore com a aprendizagem da ortografia ou da acentuação gráfica, através de jogos, por exemplo, o dominó: preparação do projeto; escolha do material para confecção; elaboração do jogo; redação das regras do jogo; e o uso do jogo propriamente dito para demonstração da aprendizagem da grafia ou acentuação. Em turma de Ensino Médio, realização de um podcast sobre um determinado assunto a ser estudado (um gênero textual; a leitura expressiva de um poema ou de um texto teatral; um ponto gramatical essencial para a aprendizagem de um gênero...). Elaboração de um texto com o auxílio da inteligência artificial para análise posterior sobre autoria, ética, análise crítica do texto e, por fim, elaboração de outro texto sem o auxílio da inteligência artificial, de modo que os alunos reconheçam serem capazes de redigir um texto autonomamente. Elaboração de um diário de leitura, onde os alunos registram suas impressões sobre os

textos lidos e, periodicamente, expõem para os colegas e professor suas impressões de leitura e, em seguida, o professor analisa a adequação do escrito às normas para estudo e reelaboração dos seus autores. Em síntese, práticas inovadoras de ensino são as que proporcionam desafio, criatividade, construção e empenho dos alunos para a solução do que foi proposto.

Entrevistadores: Dentre sua vasta coleção de publicações relacionadas ao ensino de Língua Portuguesa, destaca-se o livro “Análise Linguística: afinal a que se refere?”, em parceria com a Prof.^a Maria Augusta Reinaldo e com 2 edições publicadas. Na obra, vocês reconhecem que a prática de análise linguística possui um *status* teórico-metodológico e identificam, em livros didáticos, três diferentes tendências de trabalho com esse eixo: *conservadora*, *conciliadora* e *inovadora*. No atual cenário educacional, atravessado pela implantação de currículos embasados na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e por reformas na estrutura da educação básica (a exemplo do Novo Ensino Médio), como você observa essas tendências no trabalho com a análise linguística enquanto eixo de ensino de Língua Portuguesa, especialmente em contexto de disputa paradigmática entre o tradicional e o emergente?

Maria Auxiliadora Bezerra: As tendências de trabalho com a análise linguística, identificadas no livro citado acima, sinalizam a presença ainda marcante de disputa entre paradigmas educacionais nas nossas escolas da Educação Básica. Ao lado do paradigma conservador visto no estudo da língua inspirado na gramática normativa (com identificação e reprodução das classificações e categorias dessa gramática, como já citamos anteriormente), identificamos a presença do paradigma emergente presente em propostas de ensino da língua com atividades epilinguísticas,

associadas a características de gêneros textuais orais e escritos e à reescrita do texto dos alunos. Vale salientar que, embora ainda não recorrente nas escolas – mais no âmbito acadêmico –, há uma tendência de análise linguística dialógica, que se fortalece influenciada pelos estudos dialógicos bakhtinianos. Baseiam-se na língua como prática social, analisam enunciados reais que materializam os diversos gêneros do discurso e enfatizam unidades linguísticas que são essenciais para a identificação do discurso que perpassa no texto.

Considerando as determinações da BNCC, em relação ao eixo de ensino análise linguística/semiótica, eu acredito que ainda não estão tão fortalecidas em relação ao estudo de língua, nem aos estudos semióticos, havendo um espaço ainda largo para estudo da língua baseado no paradigma tradicional.

Entrevistadores: A BNCC, em certa medida, amplia o eixo de análise linguística para incluir, também, a análise semiótica. Na sua visão, o que essa inclusão traz de implicações para a própria compreensão da prática de análise linguística com *status* teórico-metodológico e, principalmente, para o trabalho docente no processo de ensino e de aprendizagem de Língua Portuguesa?

Maria Auxiliadora Bezerra: A institucionalização, pela BNCC, em 2018, da análise linguística – associada aos estudos semióticos – como eixo de ensino, traz implicações diretas para a compreensão do que seja essa análise. O conceito se amplia para análise da linguagem, não exclusivamente da língua portuguesa. Podemos comprovar a ampliação desse conceito, com a leitura do que se encontra na BNCC (p.80-81): a análise linguística/semiótica, “envolve os procedimentos e estratégias (meta)cognitivas de análise e avaliação consciente, durante os processos de leitura

e de produção de textos (orais, escritos e multissemióticos), das materialidades dos textos, responsáveis por seus efeitos de sentido, seja no que se refere às formas de composição dos textos, determinadas pelos gêneros (orais, escritos e multissemióticos) e pela situação de produção, seja no que se refere aos estilos adotados nos textos, com forte impacto nos efeitos de sentido. Assim, no que diz respeito à linguagem verbal oral e escrita, as formas de composição dos textos dizem respeito à coesão, coerência e organização da progressão temática dos textos, influenciadas pela organização típica (forma de composição) do gênero em questão. No caso de textos orais, essa análise envolverá também os elementos próprios da fala – como ritmo, altura, intensidade, clareza de articulação, variedade linguística adotada, estilização etc. –, assim como os elementos paralinguísticos e cinésicos – postura, expressão facial, gestualidade etc. Já no que diz respeito aos textos multissemióticos, a análise levará em conta as formas de composição e estilo de cada uma das linguagens que os integram, tais como plano/ângulo/lado, figura/fundo, profundidade e foco, cor e intensidade nas imagens visuais estáticas, crescendo, nas imagens dinâmicas e performances, as características de montagem, ritmo, tipo de movimento, duração, distribuição no espaço, sincronização com outras linguagens, complementaridade e interferência etc. ou tais como ritmo, andamento, melodia, harmonia, timbres, instrumentos, sampleamento, na música.” Com base nessa descrição, envolvendo textos orais, escritos e multissemióticos, a denominação do eixo Análise linguística/semiótica não remete ao que, no âmbito acadêmico, se chama análise linguística (descrição da língua e propostas para seu ensino). Há uma ampliação conceitual, como dissemos no início, e, conseqüentemente, são exigidas alterações na formação do professor de LP: os estudos multissemióticos, ainda não

presentes em todos os cursos de formação, precisam ser implementados nos currículos para que os professores se sintam, minimamente, fundamentados para explorarem essa diversidade de textos, em suas características as mais variadas.

Entrevistadores: Diante das transformações provocadas pelas novas tecnologias digitais na sociedade contemporânea, como repensar o ensino de Língua Portuguesa? E, mais especificamente, de que forma a crescente presença das Inteligências Artificiais pode (ou deve) ser considerada no contexto escolar?

Maria Auxiliadora Bezerra: Vamos contextualizar um pouco a revolução que estamos vivendo. A cada revolução industrial, muitas alterações ocorrem no mundo com a introdução das inovações que substituem atividades antes frequentes, havendo, assim, revoltas, seguidas de readaptações. Estamos vivendo, a partir de 2011, a 4ª revolução industrial, com a utilização de todas as tecnologias disponíveis, inclusive as inteligências artificiais, com destaque (a partir de 2023) para as IA generativas (IAG), para gerar conhecimento e produtividade. A onipresença dessas IAG tem causado preocupações tanto por seus adeptos quanto por quem as questiona: legislação que as discipline; ética; controle; plágio; (co)autoria; perda da capacidade de pensar criticamente; prejuízo no processo de aprendizagem; como engajar os estudantes com responsabilidade na sua formação acadêmica e profissional; e tantos outros problemas. Nesse sentido, o setor educacional foi rapidamente afetado, não sendo possível excluir a tecnologia digital e, menos ainda as IAG, da educação básica e da superior. O que devemos fazer é torná-las nossas aliadas, orientando os alunos a utilizá-las com responsabilidade, analisando suas vantagens e limitações, mostrando que elas erram, que podem disseminar preconceitos, estabelecendo um

guia de ética a ser seguido. Acredito que o ensino de LP passará por alterações referenciais (do uso dos livros impressos para os virtuais, por exemplo) e por alterações da natureza das propostas de trabalho e de estudo dirigidas aos estudantes (atividades que exigem, simplesmente, identificação e reconhecimento dos conteúdos em estudo não terão mais espaço, se comparadas com outras desafiadoras, que exigem solução de problemas e posicionamento consistente dos estudantes sobre conteúdos em estudo).

Entrevistadores: Diante do avanço das novas tecnologias digitais e da presença crescente das chamadas Inteligências Artificiais, como você avalia o cenário atual dos cursos de licenciatura em Língua Portuguesa? Quais desafios e possibilidades emergem nesse contexto?

Maria Auxiliadora Bezerra: O importante é trabalhar pelo uso consciente e responsável das IA junto a professores e alunos. Em relação aos cursos de licenciatura em Letras, alterações curriculares possivelmente serão necessárias no sentido de proporcionar aos estudantes conhecimentos sobre as IA e modos eficazes e eficientes de usá-las, além de um simples recurso digital. Acredito que a presença do computador nas salas de aulas ou apoiando os alunos

não tem como papel principal automatizar o ensino, mas provocar mudanças pedagógicas que os façam reconhecer que eles são seres pensantes, criativos, éticos e morais e que a máquina, utilizada como autômato, não lhes proporcionarão essas características humanas. O desenvolvimento do senso crítico é fundamental nos seres humanos e colabora para que uns grupos não sejam manipulados por outros de modo que se tornem “massa de manobra” em benefício de uma minoria. E as IA usadas cega e automaticamente não vão proporcionar discernimento nem reconhecimento de quais grupos sociais estão explorando quais outros em benefício próprio. E para proporcionar esse conhecimento aos estudantes, considero os professores como essenciais. Com a orientação docente, os alunos poderão, por exemplo, elaborar um guia de ética que estabelecerá o que é e não é possível, permitido fazer com o auxílio das IA, de modo que não traga prejuízos intelectuais, profissionais, éticos e os alunos se sintam responsáveis por suas aprendizagens.

Realmente, esse tema é muito polêmico, mas não pode ser eliminado dos cursos de licenciaturas, pois é uma realidade na sociedade atual e que precisa ser usada com responsabilidade e discernimento. Façamos da IA nossa aliada, não nossa inimiga.

Referências:

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular (BNCC)*: educação é a base. Brasília: MEC/CONSED/UNDIME, 2018.